



**Santander Pensões, SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE
PENSÕES, SA.**

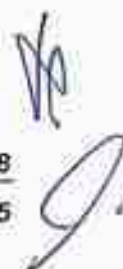
**Relatório e Contas
Ano 2018**

**Fundo de Pensões Banco
Santander Totta, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO	4
II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	22
III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	24
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	26
V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	28
1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)	29
2 – Alterações ocorridas ao plano	30
3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras	31
4 – Regime Fiscal	33
5 – Inventário de Investimentos	34
6 – Imóveis	37
7 – Riscos associados à carteira de investimentos	39
8 – Estado e outros entes públicos (Ativo)	41
9 – Outras entidades (Ativo)	42
10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)	42
11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)	42
12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos	43
13 – Contribuições	43
14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	44
15 – Outras despesas	44

VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	45
--	----



1 - RELATÓRIO DE GESTÃO



Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta, S.A.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do *Brexit*.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do World Economic Outlook, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% (-0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp).

Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018
Mundo	3,3	3,8	3,7
Países Avançados	1,7	2,4	2,3
EUA	1,5	2,2	2,9
UEM	1,8	2,4	1,8
Reino Unido	1,8	1,8	1,4
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,4	4,7	4,7
África	1,5	2,9	2,9
Ásia	6,5	6,5	6,5
China	6,7	6,9	6,6
Europa do Leste	3,3	5,0	3,8
Médio Oriente	5,0	3,2	2,4
América Latina	0,6	1,3	1,2
Brasil	-3,5	1,1	1,3

Fonte: FMI (junho de 2018)

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos absolutos) foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a indiana, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A China foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os EUA, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo "choque fiscal" adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no "braço de ferro" entre a Administração Trump e o Congresso (desde Janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

A zona euro iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos, acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescido cerca de 1,8%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climatéricas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado "protesto dos coletes amarelos", em França, e o "diferendo" entre o novo governo italiano, constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e consequente alargamento de

spreads face à Alemanha. A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o *Brexit*.

	PIB	Inflação
UEM	1,9	1,7
Alemanha	1,5	1,9
França	1,5	2,1
Espanha	2,5	1,7
Itália	1,0	1,2

Fonte: CE (fevereiro 2019)

Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de "normalização" da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até "durante o Verão de 2019", posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de *Brexit*, em novembro foi alcançado um acordo de saída, entre o Reino Unido e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A "votação significativa" de 15 de janeiro saiu-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado "backstop" da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irândas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial, deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do *Brexit* como uma violação dos resultados do referendo.

Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

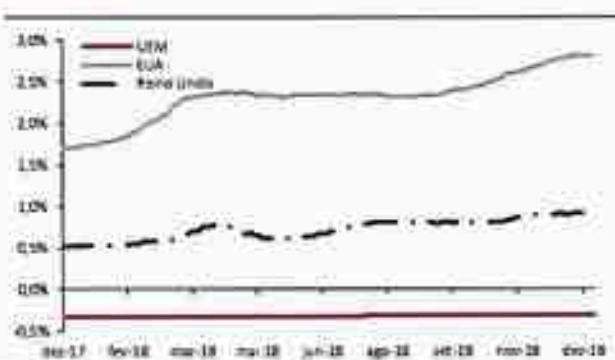
Nas economias emergentes, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais, com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o Brasil cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No México, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das taxas de juro de curto prazo. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,9% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das taxas de juro de curto prazo, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações "até durante o verão de 2019" resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

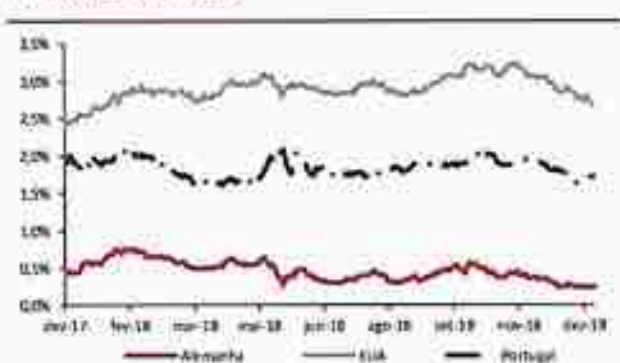
Taxa de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Ao nível das taxas de juro de longo prazo, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

Taxas de Juro 10 Anos



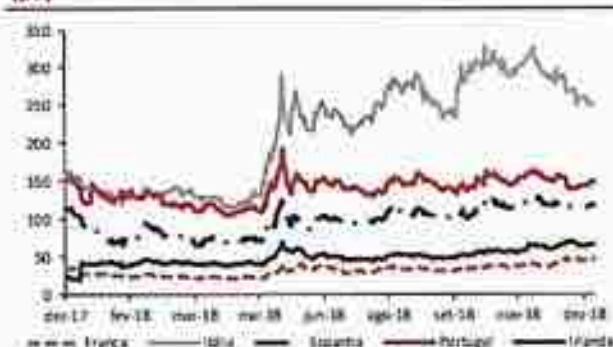
Fonte: Bloomberg

Na Alemanha, a yield dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros. Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de "fuga para a qualidade", em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os spreads face à Alemanha subissem relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o spread 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para *investment grade*, pela agência Moody's, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

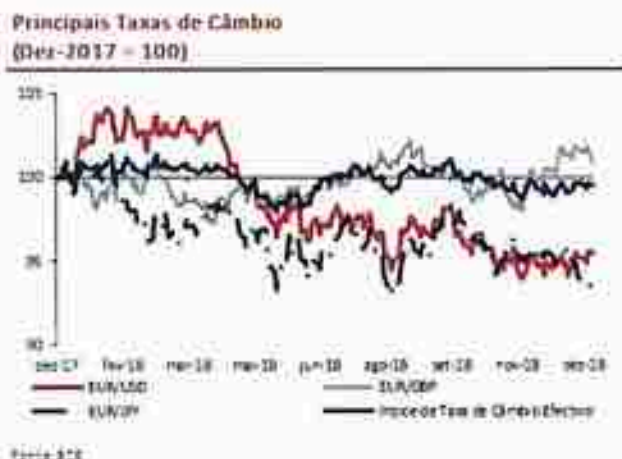


Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a

mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do *Brexit*, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.



No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os mercados acionistas.

Nos EUA, os mercados acionistas fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expectativas dos investidores.



Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do sector financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expectativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da banca, acrescendo aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expectativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.

Economia Portuguesa

O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

Dados Macroeconómicos

	2016	2017	2018
PIB	1,9	2,8	2,1
Consumo Privado	2,4	2,3	2,5
Consumo Público	0,8	0,2	0,8
Investimento	1,8	9,2	5,6
Exportações	4,4	7,8	3,7
Importações	4,7	8,1	4,9
Inflação média	0,6	1,4	1,0
Desemprego	11,1	8,8	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-3,0	-0,7
Dívida pública (% do PIB)	129,2	124,8	122,1
Sal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,6	1,4	0,4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Em 2018, o PIB cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

O consumo privado permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expectativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

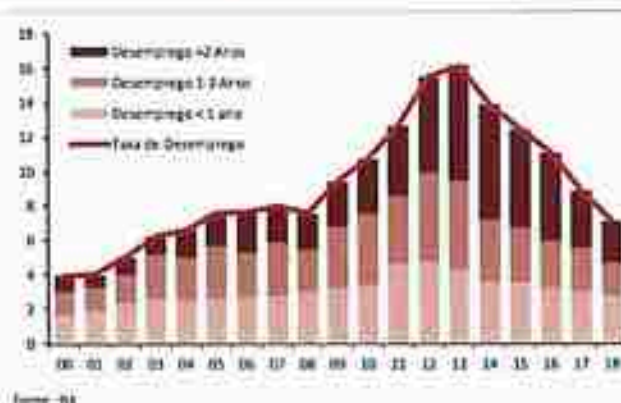
Ao nível do investimento, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (i) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa, e (ii) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.



Como mencionado, o mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2008, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

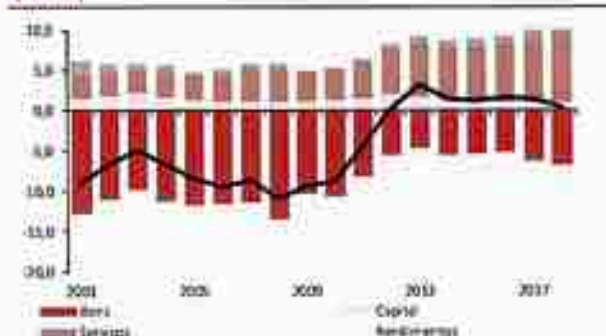
Taxa de Desemprego (%)



Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

As exportações mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As importações também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as importações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.

Balança Corrente e de Capital
(% PIB)

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a redução do endividamento da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados.

No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a dívida pública, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o défice público a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um défice de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

O orçamento de Estado para 2019 prevê um défice orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.

Receita Efetiva e Despesa Primária
(€ mn)



A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em *investment grade* pelas principais agências de rating, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto à proposta de orçamento para 2019. A yield dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um spread negativo, de cerca de 100p.b. face à Itália).



O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em condições mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de QTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de reestruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o stock de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o stock de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.

Política de investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, ações, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objetivo selecionar os emittentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emittentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emittentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emittentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado;
- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo;
- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o ativo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de ações engloba o investimento entre ações, organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam o direito à subscrição de ações, futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações, warrants autónomos e opções.

O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor notional dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efetuado diretamente nos mercados acionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros ativos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em cativos imobiliários diretos não poderá representar mais de 10% do património do fundo.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora.

No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 54,0% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (Indicativamente, cerca de 16,5% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 17,5% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

Em 31 de Dezembro de 2018 não se encontrava a ser cumprido o seguinte limite de Associados Santander Totta, justificada com a entrada da dotação de final do ano, efetuada pelo BST, de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº4/2005, o qual determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal ativo.

	Limite Máximo	limite 31.12.2018
Limite de Associados Santander Totta	5%	6,9%

Este limite foi regularizado no dia 8 de janeiro de 2019.

Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de ativos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	0-25
Investimento direto em imobiliário		0-10
Obrigações	65	40-95
Commodities	0	0-5
Ações	15	0-20
Alternativos	0	0-10

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

- **Risco de Rendimento:**
 - O Fundo não apresenta garantia de rentabilidade;
 - O fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- **Risco de Crédito**
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- **Risco de Taxa de Juro:**
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- **Risco Financeiro**
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.

Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.

Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Performance

Nos últimos 9 anos a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-1,91%	9,43%	4
2011	-21,24%	14,66%	5
2012	7,64%	4,22%	3
2013	5,59%	3,99%	3
2014	3,54%	4,87%	3
2015	4,34%	5,18%	4
2016	2,17%	4,33%	3
2017	5,31%	1,62%	2
2018	-0,98%	3,20%	3

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo

Evolução dos ativos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2018, era de 979 891 900 €.

Valor da quota-parte do Fundo afeta

O valor total da carteira do Fundo é afeto ao Banco Santander Totta, S.A.

Valor atual das responsabilidades passadas

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 952 148 445 €.

Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 103%.

Outras informações

Em 2016 foi aprovado o novo ACT, publicado no BTE nº 29 de 8 de agosto de 2016. Este acordo estabelece um novo benefício de reforma, prémio de carreira (clausula 74ª), em que todos os participantes do plano de benefício definido ou plano de contribuição definida são elegíveis para o recebimento do benefício no momento de passagem à reforma por invalidez, invalidez presumível ou sobrevivência. Em 2016, 2017 e 2018 foram efetuadas contribuições de 8 082 000 euros, 420 240 euros e 94 000 euros, respetivamente, para efeitos da nova realidade a ser coberta pelo fundo de pensões, tendo sido solicitada a aprovação à ASF, em 2018, para alteração do contrato constitutivo para que seja possível incluir o financiamento deste novo benefício através do Fundo de Pensões.

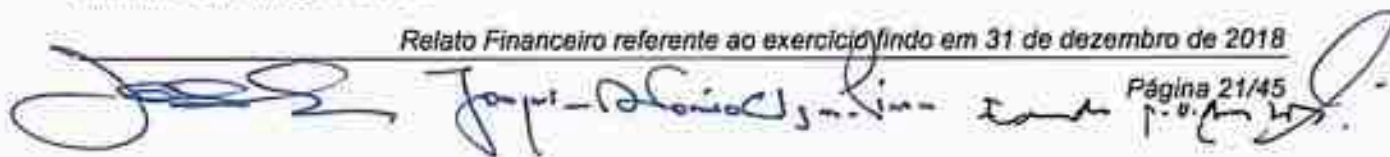
Durante o ano de 2017 existiu alteração do Atuário Responsável, e em 2018 verificaram as seguintes alterações face aos métodos, pressupostos e hipóteses utilizados na avaliação reportada ao ano anterior: Na taxa de desconto a passagem de 2% para 2,1%, refletindo o acréscimo ocorrido nas taxas de juros de referência para definição das taxas de desconto a considerar para efeito de contabilização ao abrigo da norma contabilística IAS19; e a tabela de mortalidade das mulheres da TV88/90 para TV88/90 (-1ano).

Eventos relevantes do exercício

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 26 de Março de 2019

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018



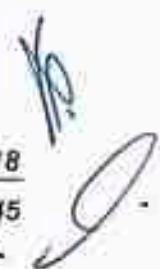
II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	31.12.2018	31.12.2017
	ACTIVO		
	Investimentos		
6	Terrenos e edifícios	22.041.339	22.799.136
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	363.262.178	386.222.993
5	Títulos de dívida Pública	282.097.030	245.065.228
5	Outros títulos de dívida	204.555.728	235.809.379
	Empréstimos concedidos	-	-
	Numerário, depósitos em inst. crédito e apl. MMI	67.560.189	63.988.340
5	Outras aplicações	16.803.933	14.966.124
	Outros activos		
	Devedores	-	-
	Entidade gestora	-	-
8	Estado e outros entes públicos	18.699.911	20.137.856
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
9	Outras entidades	801.265	1.517.618
10	Acréscimos e diferimentos	5.051.538	5.161.798
	TOTAL ACTIVOS	980.873.111	995.668.472
	PASSIVO		
	Credores	-	-
	Entidade gestora	567.605	566.342
	Estado e outros entes públicos	34.605	42.529
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	21.005	28.970
11	Acréscimos e diferimentos	357.996	422.659
	TOTAL PASSIVO	981.211	1.060.501
VALOR DO FUNDO		979.891.899,61	994.607.970,63
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO		7,8215	7,8992

**III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER
TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2018-12-31	2017-12-31
13	Contribuições	43.078.159	58.476.640
14	Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos	48.637.229	44.997.064
12	Ganhos líquidos dos investimentos	(26.393.643)	30.892.920
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	20.013.057	20.395.240
	Outros rendimentos e ganhos	438.628	15
15	Outras despesas	3.215.042	2.624.332
	Resultado líquido	(14.716.071)	62.143.418

IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31.12.2018	31.12.2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	40.634.000	55.882.240
Contribuições dos participantes/beneficiários	3.646.837	2.594.400
Transferências		
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(42.567.515)	(37.886.433)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
Capitais vencidos (Remiões/Vencimentos)		
Transferências		
Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(7.272.393)	(7.110.631)
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1.029.309)	(1.410.766)
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	438.628	
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
Devolução por excesso de financiamento		
Remunerações		
Remunerações de gestão	(1.827.443)	(1.739.563)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		
Outros rendimentos e ganhos		
Outras despesas	(280.132)	(204.997)
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	(8.266.327)	10.124.250
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação/reembolso dos investimentos	639.217.308	627.908.183
Rendimentos dos investimentos	20.154.784	21.440.618
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(647.185.105)	(650.327.772)
Comissões de transacção e mediação	(71.324)	(119.996)
Outros gastos com investimentos	(276.021)	(826.582)
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	11.839.641	(1.925.548)
Variações de caixa e seus equivalentes	3.573.315	8.198.702
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(1.466)	(323.349)
Caixa no início do período de reporte	63.988.340	56.112.986
Caixa no fim do período de reporte	67.560.189	63.988.340



**V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**



V – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efetuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efectivo;
- Coberturas: Pensões de invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, Subsídio de morte e SAMS;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos completos de serviço na banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada pela aplicação da percentagem definida no Anexo IV do ACT ao salário pensionável (exceto diuturnidades). A este montante é adicionada a importância correspondente às diuturnidades. A esta pensão aplicam-se as deduções das pensões a pagar pelo Regime Geral de Segurança Social, conforme aplicável;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto ativo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); em caso de morte de um reformado, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se estivesse no ativo, na data da morte. Para os pensionistas oriundos de colaboradores ou reformados do ex-BTA, ao benefício do ACT é descontada a pensão de sobrevivência atribuída pelo Regime Geral de Segurança Social proporcional ao tempo de serviço no Banco enquanto colaborador.
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 98 do ACT;
- A atualização das pensões é automática de acordo com o disposto nas cláusulas 95 e 102 do ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida atualização de pensões;

- SAMS – O associado efetua a contribuição por beneficiário de acordo com a sua situação e em função do estabelecido no Anexo VI do ACT, para o SAMS, entidade autónoma gerida pelo Sindicato;
- Subsídio por morte – Em caso de morte de um Participante ou de um Beneficiário (de invalidez ou invalidez presumível) haverá lugar ao pagamento de um subsídio de morte de acordo com o definido na cláusula 102 do ACT. Para a população Segurança Social o valor deste subsídio é determinado pela diferença positiva do salário ou pensão recebida no momento da morte e o valor assegurado pelo CNP (de três vezes o IAS).

2 – Alterações ocorridas ao plano

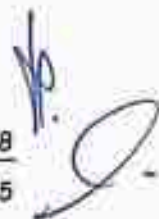
Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no ativo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis atualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar do atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.

As alterações ocorridas no fundo do BST em 2016 são as que decorrem do acompanhamento das alterações do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2016.

Não se verificaram alterações ao Plano de Pensões durante o ano de 2018.



3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 – R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 – R de 7 de maio de 2002, 8/2002 – R de 7 de maio de 2002, 10/2002 – R de 7 de maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas anuais consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano;
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data anual;
- As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo;
- Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado

financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

Terrenos e Edifícios

O justo valor de cada terreno ou edifício é obtido através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente. A avaliação dos terrenos ou edifícios é efetuada: a) anteriormente à entrada do respectivo terreno ou edifício para o património do fundo de pensões; c) pelo menos uma vez em cada três anos, para os terrenos ou edifícios pertencentes ao património dos fundos de pensões fechados.

Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas "Ganhos ou Perdas em operações financeiras". A margem inicial é registada na rubrica "Outras contas de devedores". Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos em Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

4 – Regime Fiscal

Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais – Isenção dos termos n.º29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).
- Juros e outras operações financeiras – isenção nos termos n.º27 do artigo 9.º do CIVA.
- Dividendos – Não tributados.

Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 16.º, n.º 2 do EBF).

Em sede de IMI

- Os prédios integrados em Fundos de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional não beneficiam de qualquer isenção ou redução em relação às taxas de imposto

Municipal de Imóveis (IMI), na sequência da revogação do artigo 49º do EBF efetuada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (OE 2016).

Em sede de Imposto de Selo

- As comissões de gestão e de depósito pagas pelos Fundos de Pensões passaram a estar sujeitas a imposto de selo (Verba 17.3.4 da TGIS) à taxa de 4%, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março (OE 2016).

5 – Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo apresenta em 31 de dezembro de 2018 um total de 866 718 869 euros, os quais incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida e papel comercial no valor de 5 049 348 euros e a juros de depósitos a prazo no valor de 2 190 euros.

A carteira de investimentos em ativos decompunha-se da seguinte forma:



Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Instrumentos de capital e Unid. participação					
Ações					
Mota Engi	366.300	-	(205.300)	161.000	-
BASF	1.834.800	-	(626.800)	1.208.000	-
Philips Electron. NV	1.251.600	-	(24.400)	1.227.200	-
Total SEB	1.541.800	5.400	-	1.547.200	-
SANOFI - AVENTIS	1.437.000	76.200	-	1.513.200	-
AXA	2.473.500	-	(587.700)	1.885.800	-
Vinci SA	2.406.000	-	(525.200)	2.880.800	-
B. Nationale Paris	1.880.750	-	(614.825)	1.065.825	-
France Telecom	1.447.500	-	(32.000)	1.415.500	-
Royal Dutch Shell-A	1.867.100	-	(127.800)	1.539.300	-
Anva Plc	1.519.500	-	(260.179)	1.259.321	-
British A. Tobacco	1.505.400	-	(866.971)	838.429	-
ENI IM	1.242.000	-	(4.680)	1.237.320	-
IMPERIAL TOBACCO	1.583.000	-	(254.369)	1.328.631	-
HSBC Holdings PLC	1.533.800	-	(87.454)	1.446.346	-
Deutsche Post Ag-Reg	2.085.000	-	(950.400)	1.434.600	-
Siemens AG Reg	1.735.281	-	(280.424)	1.454.857	-
Allianz SE	2.298.000	-	(196.320)	2.101.680	-
ZURICH INSU GROUP AG	1.767.736	-	(217.575)	1.550.161	-
Roche Holding Genuss	1.725.500	-	(213.565)	1.511.935	-
ABB LTD	1.828.400	-	(667.117)	1.161.283	-
UNIBAIL-R SE/WFD UNI	1.875.380	-	(521.380)	1.354.000	-
NESTLE SA - Regist	1.676.000	-	(259.725)	1.416.275	-
FER SNE	701.275	-	640.607	1.341.882	-
	40.792.623	81.600	(8.683.678)	34.190.545	-
Fundos Investimento Mobiliário					
Multicredito CI C	14.615.577	-	(296.836)	14.328.741	-
Sant. Ac Portugal CL C	6.180.106	-	(756.045)	5.394.061	-
Sant. Ac Europa CL C	17.415.977	-	(1.886.818)	15.529.059	-
F-HTEC	155.070	-	(52.420)	102.650	-
Fundo Bem Comum. FCR	241.000	45.000	-	287.000	-
Explorer - II	1.362.991	-	(460.823)	902.168	-
Explorer - II CL B	2.656.993	7.747.528	-	10.606.521	-
BlackstoneGSO Eur	12.802.263	153.670	-	12.955.933	-
SANTANDER EUR BOND	12.699.387	-	(327.179)	12.372.208	-
ISHARES SP500 AMST	30.749.004	-	(110.825)	30.638.179	-
ISHARES ETF EUR DIS	48.861.050	-	(7.233.600)	41.627.450	-
Lyonr ETF S&P 500	31.255.700	-	(945.020)	30.311.680	-
PVCI	1.924.610	322.468	-	2.247.096	-
Altamar PE VII FCR	4.934.232	820.438	-	5.554.670	-
TIC	539.098	-	(30.051)	509.047	-
Partners Global Inf.	3.425.014	130.400	-	3.555.414	-
	189.990.972	8.020.528	(12.095.617)	186.915.877	-
Fundos de Investimentos Imobiliário					
F3 - Imosocial	3.241.223	-	(2.991.491)	249.732	-
Fundo Lusimovest	63.100.930	1.286.290	-	64.387.220	-
Maxim Escritório	2.888.125	189.656	-	3.077.781	-
ImoRecuperação	4.883.332	-	(75.353)	4.807.979	-
Novimovest Up Bruto	51.837.933	1.336.147	-	53.174.080	-
F.I Imob. Maxicert	14.866.064	782.123	-	15.648.187	-
PREFE Real Estate C	820.546	-	(9.770)	810.777	-
	141.638.153	3.594.217	(3.076.614)	142.155.756	-
Total Instrumentos de capital e Unid. Participação	372.421.747	12.595.338	(21.855.908)	363.262.178	-

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor de carteira	Juros corridos
Títulos da Dívida					
PGBS 5.65% 15/02/24	26.314.362	(321.697)	-	25.992.665	1.027.836
PGB 4.125 14/4/27	10.942.015	(91.575)	-	10.850.441	267.671
PGB Float 5/12/22	20.660	-	(110)	20.550	17
NEFER 5.075% 16/02/19	527.925	(24.325)	-	503.600	25.512
CALP 1.375 18/02/23	7.705.725	-	(262.875)	7.442.850	29.384
SAUDC Float 20/12/19	2.737.800	-	(17.415)	2.720.385	2.475
Parpub 3,75% 07/21	18.784.150	-	(382.670)	18.401.480	314.384
Somoc/04	-	-	-	-	-
Somoc/02	-	-	-	-	-
SPGB 2.75% 31/10/24	4.093.262	-	(26.143)	4.067.119	16.961
SPGB 2,35 30/7/2033	1.914.698	-	(46.075)	1.868.623	17.773
SPGB 1,4 30/4/28	2.382.169	18.570	-	2.410.749	22.655
SPGB 2,7 31/10/2048	2.932.377	-	(80.838)	2.851.539	12.651
SPGB 0,35 30/07/23	3.475.815	25.060	-	3.500.875	5.202
SPGB 1,4 30/07/28	7.898.496	102.941	-	7.999.427	47.621
SPGB 1,45 31/10/27	3.008.151	33.810	-	3.041.970	7.389
SPGB 0,45 31/10/22	1.467.403	11.231	-	1.416.634	1.070
SPGB 4,4% 31/10/23	5.585.502	20.331	-	5.594.933	35.129
SPGB 3,8% 30/4/24	2.601.197	22.379	-	2.623.535	61.825
SPGB 5,15% 31/10/24	2.018.130	90.782	-	2.108.931	19.021
SPGB 1,85% 30/7/20	4.737.568	105.792	-	4.874.360	39.158
SPGB 1,65 30/4/26	785.650	10.272	-	795.922	9.804
SPGB 0,05 31/1/21	11.530.898	24.702	-	11.555.600	5.277
SPGB 1,3 31/10/28	5.470.198	(578)	-	5.469.620	11.953
SPGB 2,9 31/10/2048	1.086.380	-	(16.135)	1.070.250	4.926
ANDAL 4,85 17/3/25	2.432.980	-	(100.892)	2.332.088	84.775
MADRID 1,189 8/5/22	3.282.560	23.328	-	3.305.888	24.809
BAYNGR 0,05 15/06/20	3.000.000	-	(26.250)	2.973.750	822
SPGB 1,5 30/4/27	8.011.881	106.570	-	8.118.450	66.450
CASTIL 0,7 3/6/21	3.057.600	(10.050)	-	3.047.550	12.167
BTPS 3,75% 1/8/21	11.501.180	274.320	-	11.775.500	171.501
BTPS 4,25% 1/8/19	3.069.736	-	(52.224)	3.037.512	42.411
BTPS 4% 1/8/20	5.427.572	58.230	-	5.485.808	69.655
BTPS 3,75 1/3/21	9.658.083	134.327	-	9.692.410	115.007
BTPS 5% 1/3/22	16.695.260	56.890	-	16.752.150	252.762
BTPS 5,5 1/11/22	14.008.800	-	(242.400)	13.766.400	111.215
BTPS 3,75% 1/5/21	17.378.970	231.480	-	17.610.450	104.265
BTPS 2,5% 1/5/19	13.858.652	(30.727)	-	13.828.126	57.815
BTPS 3,75% 1/9/24	8.067.220	-	(431.600)	7.635.530	89.467
BTPS 1,35% 15/4/23	4.560.148	-	(94.015)	4.466.133	12.876
BTPS 0,05 15/10/19	6.703.479	-	(7.324)	6.696.155	720
KTZ 0 30/05/19	9.995.000	-	(9.900)	9.985.100	-
BTPS 2,0 15/10/21	4.270.350	168.259	-	4.444.609	21.180
BOTS 0,05/31/19 Corp	3.998.771	-	(1.371)	3.997.400	-
SPGB 4,8% 31/1/24	1.527.991	(31.317)	-	1.496.674	54.231
ICO 0,75 31/10/23	1.997.700	23.700	-	2.021.400	1.479
ICO 0,05/03/21	2.384.340	(11.863)	-	2.372.476	103.216
Madrid 1,773 30/4/28	1.300.078	24.791	-	1.324.869	19.702
MAD 4,688% 12/3/20	3.474.787	-	(143.640)	3.331.157	119.351
MADRID 0,747 30/4/22	1.956.243	3.749	-	1.959.992	8.206
FADE 5,9% 17/03/2021	11.237.170	-	(500.160)	10.737.010	445.329
ICO 0,25% 30/4/22	1.586.645	12.799	-	1.599.445	2.679
UCGM Float 3/5/25	5.075.000	-	(312.500)	4.762.500	19.591
REN 2,5% 12/3/25	2.179.480	-	(87.300)	2.112.180	44.247
NEOFP 2,5% 08/2021	4.295.214	-	(78.834)	4.216.380	55.233
INGFP 0% 26/5/22	5.051.410	-	(216.958)	4.784.452	-
VSFP 0% 15/3/21	11.940.000	-	(44.000)	11.896.000	-
MVDP 0 31/07/19	8.527.170	-	(32.860)	8.494.310	-
SONPL 1,625% 11/5/19	10.535.800	-	(197.400)	10.338.400	9.750
SWFP 1,75% 24/1/22	3.154.430	(30.660)	-	3.127.770	46.192
EDP 2,825% 16/1/22	11.706.430	-	(327.372)	11.379.058	268.544
TOTAL 2,25% 12/2048	4.176.000	-	(144.500)	4.032.000	78.182
ISP 1,125% 4/3/22	11.064.233	-	(449.563)	10.614.670	101.085
PBBGR 0,875 26/1/21	5.086.650	-	(72.250)	5.014.400	40.394
FADE 0,5 17/3/23	3.085.390	28.334	-	3.113.733	12.315
ADIFAL 1,25 04/05/26	2.781.696	12.992	-	2.794.688	23.205
FERSM 0,375 14/8/22	4.369.860	-	(27.720)	4.342.140	4.927
TTIM 1,125 26/03/22	8.894.300	-	(501.600)	8.392.500	27.131
PARPUB 1,567 22/9/20	759.650	-	(16.177)	739.473	6.909
UBS 4,75% 12/2/2026	3.128.288	-	(170.888)	2.957.400	117.432
AMK 0 28/5/20	12.899.250	-	(107.250)	12.792.000	-
WGLN 0,25 17/11/20	4.910.000	2.500	-	4.912.500	1.504
TELEFO 0% 9/3/21	5.437.785	-	(12.045)	5.425.750	-
FADE 0,85 17/12/21	2.896.085	41.635	-	2.937.120	1.013
LPTY 1 24/5/21	4.078.520	-	(134.240)	3.942.280	24.329
RENEPL 01/06/03	10.510.400	-	(183.600)	10.326.800	102.803
BKNO 0,8 10/03/22	3.038.490	(11.400)	-	3.027.090	19.526
SANTAN Float 21/3/22	12.245.040	-	(348.480)	11.896.560	2.807
BNP Float 22/6/22	3.078.990	-	(110.070)	2.968.920	360
SOCGEN Float 1/4/22	3.066.990	-	(101.010)	2.965.980	4.079
GS Float 26/8/22	10.047.600	-	(507.000)	9.540.600	431
MS Float 9/11/21	4.009.400	-	(51.000)	3.948.400	371
FERSM 2,124 PERP	973.750	-	(133.750)	840.000	13.500
SOCGEN 0,5 13/1/23	3.987.520	-	(58.600)	3.928.920	22.585
MS 0 17/12/21	1.974.500	-	(12.820)	1.961.580	-
ASML 3,375% 19/8/23	1.738.890	-	(57.540)	1.681.350	14.425
	492.478.096	1.119.114	(6.944.481)	486.652.729	8.039.680
Total de Títulos de Dívida	492.478.096	1.119.114	(6.944.481)	486.652.729	8.039.680

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Outras Aplicações					
Papel Comercial					
PC ANASM 0 16/6/19	3.472.376	-	-	3.482.044	9.668
	3.472.376	-	-	3.482.044	9.668
Outros					
Carteira Alternativa	1.006.591	-	(300.000)	1.023.932	-
Xenon Capital 12/44	10.196.000	24.257	-	10.008.000	-
Amaranth Int.Ltd -A	2.532	-	(0)	1.731	-
Lux Invest Plus - B	-	-	(379)	-	-
Kingstreet S Ser 13	3	-	(0)	3	-
Kingstreet S Ser 14	7	-	-	7	-
King Street Cl S s18	11	-	-	11	-
	11.207.144	24.257	(300.379)	11.033.682	-
Derivados - Opções					
Phelps c36 jun19	(76.000)	56.000	-	(20.000)	-
TOTB GR 21/6/19 C60	(32.800)	28.000	-	(4.800)	-
SXSE 15/02/19 P2600	(471.624)	-	(37.926)	(509.550)	-
SXSE 15/02/19 P3100	1.324.830	722.400	-	2.047.230	-
SNW GR 21/06/18 C84	(34.728)	10.928	-	(23.800)	-
S&P MINI P2000 Set19	(584.926)	47.808	-	(537.118)	-
S&P MINI P2500 Mar19	1.239.627	96.618	-	1.336.245	-
	1.364.379	961.754	(37.926)	2.288.207	-
Total outras aplicações	16.043.899	986.011	(338.305)	16.803.933	9.668
TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS	880.943.742	14.801.463	(29.138.665)	866.718.869	5.049.348

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respetam à diferença entre o valor de cotação a 31 de dezembro de 2018 e:

- o valor pelo qual se encontrava contabilizado à data de 31 de dezembro de 2017 (valor de cotação do ano anterior), no caso de títulos já detidos no ano anterior ou;
- o respetivo valor de aquisição, no caso de títulos adquiridos durante o período de 2018.

No exercício de 2013 a entidade gestora do Fundo decidiu registar uma perda por imparidade adicional incidente sobre as unidades de participação de fundos de investimento imobiliário no valor de cerca de 7 123 119 euros, a qual tem vindo a ser revertida parcialmente nos exercícios de 2014 (3 950 178 euros), 2015 (1 100 000 euros), 2016 (1 272 941 euros) e em 2018 (800 000 euros).

6 – Imóveis

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos, imóveis avaliados em 22 041 339 euros.

Durante o exercício de 2018, foi registada uma mais valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2018 no valor global de cerca de 286 297 euros (314 597 euros referentes a menos valias e 28 300 euros referentes a mais valias), conforme se discrimina de seguida:

Menos valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2018	Valor 31.12.2017	Menos valia avaliação
Pampilhosa Serra-B	43.800	53.390	(9.590)
Pampilhosa Serra-C	48.000	58.450	(10.450)
Edifício Mangualde	103.000	108.885	(5.885)
Edif. Esmoriz	141.300	161.905	(20.605)
Vale de Cambra	198.700	245.967	(47.267)
Vila N. Gaia Frac. B	210.100	229.000	(18.900)
Terreno Troia	844.000	862.600	(18.600)
Loja Dia Barreiro	272.700	299.200	(26.500)
Escritórios Funchal	751.500	908.300	(156.800)
TOTAL	2.613.100	2.927.697	(314.597)

Mais valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2018	Valor 31.12.2017	Mais valia avaliação
Gafanha da Nazaré	120.900	117.000	3.900
Loja Dia Feijó	391.000	378.900	12.100
Loja Dia Olival Bast	238.000	226.700	11.300
Edifício Sagres FC12	5.500	5.000	500
Edifício Sagres FC15	5.500	5.000	500
TOTAL	760.900	732.600	28.300

No exercício de 2018 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta alienou 1 imóveis (abaixo identificado), o qual gerou uma mais valia líquida de cerca de 23 500 euros, conforme se apresenta:

Imóvel	Valor da alienação	Valor em Balanço	Valia alienação
Loja Dia Cacém	505.000	481.500	23.500
TOTAL	505.000	481.500	23.500

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada:

Imóvel	Valor 31.12.2018	Valor 31.12.2017	Ano	Método de Avaliação
Cacia (Porto)	210.700	210.700	2016	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Paredes Fracção A	230.600	230.600	2016	Modelo do Rendimento
Paredes Fracção B	56.300	56.300	2016	Modelo do Rendimento
Edif. Ohão	124.507	124.507	2016	Modelo do Rendimento
Av João Crisóstomo C	454.290	454.290	2016	Modelo Comparativo
Av João Crisóstomo B	285.000	285.000	2016	Modelo Comparativo
Loja em Aveiro	202.500	202.500	2016	Modelo do Rendimento
B. Amaranite Frac A	195.300	195.300	2016	Modelo do Rendimento
B. Amaranite Frac B	164.500	164.500	2016	Modelo do Rendimento
Loja Pombal Frac B	188.775	188.775	2016	Modelo Comparativo
Loja 4 Portimão Fr D	62.228	62.228	2016	Modelo do Rendimento
Loja 5 Portimão Fr E	253.355	253.355	2016	Modelo do Rendimento
Castelo da Maia	355.000	355.000	2016	Modelo do Rendimento
CTT-R Alportel/R.Soi	4.325.184	4.325.184	2016	Modelo do Rendimento
Loja Sacavém	153.000	153.000	2016	Modelo Comparativo
Loja Costa de Cap	163.000	163.000	2016	Modelo Comparativo
Vale do Crevo -Lagoa	298.000	298.000	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracB	487.200	487.200	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracC	440.300	440.300	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracD	624.300	624.300	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracF	624.400	624.400	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracG	440.400	440.400	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracP	2.530.200	2.530.200	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta B FracQ	2.542.100	2.542.100	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A FracR	316.200	316.200	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A FracT	312.900	312.900	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A FracV	2.500.000	2.500.000	2017	Modelo Comparativo
Loja Vialonga	127.100	127.100	2017	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-B	43.800	53.390	2018	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-C	48.000	58.450	2018	Modelo do Rendimento
Edifício Mangualde	103.000	108.885	2018	Modelo do Rendimento
Edif. Esmeriz	141.300	161.905	2018	Modelo do Rendimento
Vale de Cambra	198.700	245.987	2018	Modelo do Rendimento
Vila N. Gaia Frac. B	210.100	229.000	2018	Modelo Comparativo
Gafanha da Nazaré	120.900	117.000	2018	Modelo Comparativo
Terreno Troia	844.000	862.600	2018	Modelo Comparativo
Loja Dia Barreiro	272.700	299.200	2018	Modelo do Rendimento
Loja Dia Feijó	391.000	378.900	2018	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Loja Dia Olival Bast	238.000	226.700	2018	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Escritórios Funchal	751.500	908.300	2018	Modelo do Rendimento
Edifício Sagres FC12	5.500	5.000	2018	Modelo Comparativo
Edifício Sagres FC15	5.500	5.000	2018	Modelo Comparativo
Edifício Sagres FC15	22.041.339	22.327.636		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 1 435 671 euros (3 103 472 euros em 2017), tendo sido diferidas as rendas referentes ao mês de janeiro de 2019, no valor de 307 951 euros, recebidas pelo Fundo em dezembro de 2018 e que se encontram registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos – Passivo (Vide Nota 11).

7 – Riscos associados à carteira de investimentos

• Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rentabilidade;
- O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o Fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

• Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida nas taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juros de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do Fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco, Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e de Performance, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados no fundo vigiando para que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional – Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar - São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de dezembro de 2018 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Ano	P&L% (Brazil 2018)	P&L% (Lehman Default - 2008)	P&L% (September 11th 2001)	P&L% (Greece Financial Crisis in 2010)	P&L% (UP 250 bps (all curves))	P&L% (Down 250 bps (all curves))
2018	-1.96	-4.05	-1.36	-2.57	-4.21	5.15
2017	-2.53	-5.13	-1.51	-3.59	-5	5.96

8 – Estado e outros entes públicos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Imposto retido implícito cotação de FIM's e FIL's	17.978.420	19.637.537
Imposto retido resgates Up's Fundo Carteira Alternativa	340.692	340.692
Imposto dividendos ações estrangeiras	383.900	143.036
Cauções	(3.100)	16.592
TOTAL	18.699.911	20.137.856

A partir do exercício de 2015, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta passou a registar no seu ativo o imposto retido implícito nas cotações dos Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliário, considerando que: (i) os Fundos de Pensões se encontram isentos de imposto ao abrigo do Artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e (ii) que na valorização da carteira de títulos é utilizado o valor de cotação líquido destes ativos.

O valor do imposto retido ascende a 31 de dezembro de 2018 a 17 978 420 euros refletido na rubrica de Outros ativos – Estado e outros entes públicos (até 31 de dezembro de 2015 estava classificado na rubrica de Investimentos – Instrumentos de capital e unidades de participação).

9 – Outras entidades (Ativo)

A rubrica Outras entidades, 801 265 euros, inclui essencialmente o montante de depósitos associados às contas margem dos contratos de futuros em carteira em 31 de dezembro de 2018, os quais ascendem a cerca de 824 706 euros (em 31 de dezembro de 2017 os saldos desta natureza ascendiam a cerca de 1 027 771 euros).

10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Juros a receber			
Papel Comercial		9.668	11.455
T. de div.Emis.Privados		1.356.815	2.275.326
T.Div.Est.-Outros E.Púb.		3.682.885	2.865.457
	Nota 5	5.049.348	5.152.239
Depósitos à Ordem - Juros a receber		2.185	9.554
Outros		5	5
TOTAL		5.051.538	5.161.798

11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Rendas a receber	Nota 6	307.951	303.197
Imposto Municipal Imóveis		50.045	119.482
Outros		-	-
TOTAL		357.996	422.659

O valor de Imposto Municipal Imóveis respeita à especialização do gasto de 2018 deste imposto, a liquidar em 2019.

12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2018.

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31.12.2018	31.12.2017
	Mais Valla				
	Potencial	Realizada			
Acções	722.207	383.960	1.889.689	2.995.856	6.690.686
Imóveis	28.300	33.500	1.435.671	1.497.471	7.083.371
Títulos de dívida	1.689.306	1.305.693	9.776.854	12.771.853	23.754.756
Depósitos	-	-	32.022	32.022	30.367
Papel Comercial	-	-	19.596	19.596	49.541
Derivados	1.070.629	13.994.867	-	15.065.796	13.028.519
Unidades de participação	15.899.738	553.388	6.885.501	23.338.627	26.712.328
Outros	15.342	122	-	15.464	40.305
TOTAL	19.425.823	16.271.530	20.039.332	55.736.685	77.389.873

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31.12.2018	31.12.2017
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Ações	7.260.423	701.275	-	7.961.696	1.339.859
Imóveis	314.597	-	26.275	340.872	1.080.988
Títulos de dívida	7.514.644	6.173.913	-	13.688.557	5.521.268
Derivados	64.192	13.051.525	-	13.115.716	12.478.357
Unidades de participação	17.657.230	9.162.765	-	26.820.016	4.466.920
Outros	188.481	1.932	-	190.413	1.214.322
TOTAL	32.999.568	29.091.430	26.275	62.117.272	26.101.713

13 – Contribuições

Durante o ano de 2018 foram efetuadas contribuições para o Fundo no valor de 43.078.159 euros, abaixo discriminadas. As contribuições efetuadas decorrem essencialmente do que se encontra definido nos termos do ACT aplicável ao setor bancário.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Contribuições Participantes	2.448.677	2.602.063
Contribuição Serviço Militar	(4.518)	(7.663)
Contribuição SAMS	7.800.000	4.900.000
Contribuição Extraordinária	32.834.000	50.982.240
TOTAL	43.078.159	58.476.640

14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Foram pagos benefícios no valor de 48 637 229 euros durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Reformas	41.047.845	37.625.893
Prémio final de carreira	316.991	260.540
Subsídio de Morte	25.191	27.051
SAMS	7.247.202	7.083.580
TOTAL	48.637.229	44.997.064

15 – Outras despesas

As outras despesas, que totalizam cerca de 3 215 042 euros, apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Outras Comissões	200.453	237.931
Prémios de seguro	1.029.309	376.847
Comissão Gestão Dep. Adm.	2.077.192	1.882.859
Comissões de Mediação	89.628	146.710
Impostos	(181.540)	(20.014)
TOTAL	3.215.042	2.624.332

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respetivo Regulamento de Gestão do Fundo. Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2018, bem como o método de cálculo definido no respetivo regulamento.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017	Método de Cálculo
Comissão de Gestão	1.803.697	1.698.552	0,045% (anual) sobre o valor médio da carteira (média aritmética das valorizações da carteira do fundo referidas ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre.
EMIR	217	298	
Comissão administrativa	-	-	
Taxa ASF	20.677	29.259	
Estudo Actuarial	224.000	135.000	
Custos de Auditoria	28.600	19.750	
TOTAL	2.077.192	1.882.859	-

VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta** (ou Fundo), gerido pela **Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 980 873 111 euros, um valor do Fundo de 979 891 900 euros e um resultado líquido negativo de 14 716 071 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões do Banco Santander Totta**, em 31 de dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 88% do ativo, representando assim uma área relevante para a auditoria.</p> <p>Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada, particularmente para a valorização de títulos não cotados, reveste-se de grande importância.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 5.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira.</p>
Valorização dos ativos imobiliários	
<p>Os ativos imobiliários correspondem a cerca de 2% do ativo, sendo a sua valorização ao justo valor determinada por avaliações efetuadas por peritos externos, nos termos do capítulo IX da norma regulamentar da ASF nº 7/2007 e do artigo 21º da norma regulamentar da ASF nº 9/2007.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a materialidade daqueles ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções nas avaliações e considerações sobre a liquidez e heterogeneidade do mercado imobiliário.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição dos ativos imobiliários e a sua valorização estão incluídas nas notas 3 e 6 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A obtenção de evidência de auditoria envolveu, nomeadamente: (i) avaliação da independência, objetividade e qualificação dos avaliadores independentes; (ii) verificação do cumprimento do Regulamento de Gestão e cumprimento das normas regulamentares da ASF nº7/2007 e nº 9/2007; (iii) análise por amostra da acuidade dos relatórios de avaliação e dos pressupostos utilizados; (iv) confirmação dos valores de avaliação e registo pela média; (v) confirmação da titularidade dos imóveis; (vi) verificação das operações de compra, venda e demais vicissitudes na valorização dos imóveis, e; (vii) análise das políticas de capitalização.</p>

Responsabilidades com pensões	
<p>O Fundo de Pensões do Banco Santander Totta tem como objetivo o financiamento e cobertura do plano de benefícios definidos de reforma dos empregados do Grupo.</p> <p>A consideração da avaliação dos direitos dos empregados e das obrigações de benefícios definidos como relevante para a auditoria tem por base, a necessidade de se definirem pressupostos com impacto relevante no cálculo (atuarial) que apura as responsabilidades com pensões, a própria complexidade daqueles cálculos e a grande sensibilidade daqueles pressupostos.</p> <p>As divulgações relacionadas com as responsabilidades com pensões estão incluídas no relatório de gestão e nas notas 1 e 2 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolve, essencialmente, a execução de: (i) testes de conformidade ao processo de avaliação das responsabilidades com pensões; (ii) análise do relatório atuarial e avaliação dos pressupostos utilizados e confirmação dos valores de responsabilidades determinados pelo perito atuarial; e (iii) verificação das eventuais necessidades de financiamento das responsabilidades passadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014


Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações

financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 26 de março de 2019;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de Auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos do DL N.º 12/2016, de 20 de janeiro e das normas regulamentares de acordo com as disposições previstas nas Normas Regulamentares da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, N.º 7/2007-R, de 17 de maio e N.º 18/2008-R, de 23 de dezembro, alterada pela N.º 20/2010-R, de 16 de dezembro.

Lisboa, 26 de março de 2019



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC